

# **SÉTIMA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO (COMAI VII)**

Nota de Conceito

**14 a 18 de Julho de 2014**

**Centro de Convenções Royal Swazi Sun,  
Ezulwini,**

**Reino da Suazilândia**

## **Índice**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>II. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA.....</b>	<b>5</b>
<b>III. RESULTADOS PREVISTOS.....</b>	<b>5</b>
<b>IV. PARTICIPANTES .....</b>	<b>5</b>
<b>V. DATA E LOCAL .....</b>	<b>6</b>
<b>VI. FORMATO DA REUNIÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>VII. PESSOAS DE CONTACTO .....</b>	<b>6</b>

## I. INTRODUÇÃO

1. O tema identificado para a COMAI VII é '**infra-estruturas para a integração de África**'. A fundamentação lógica para a escolha do tema principal do ano é de iniciar um debate e apresentar recomendações orientadas para a acção, para fazer face a alguns dos desafios mais prementes que afectam a aceleração eficaz e a concretização da Agenda de integração económica de África. Enquanto o potencial para a integração regional é reconhecido como um meio de promoção do desenvolvimento comum e abrangente, partilha de oportunidades, gestão de riscos, redução da pobreza, bem como a produção e a criação de riqueza, é necessária uma acção mais decisiva para tornar o potencial em ganhos tangíveis para os cidadãos africanos e as economias africanas. Prevalecem lacunas entre a promessa e o desempenho, com obstáculos críticos, sendo o principal a falta de infra-estruturas físicas adequadas.
2. Neste contexto, a 18ª Conferência da UA adoptou o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) para fazer face a estes desafios relacionados com as infra-estruturas no continente e garantir uma melhor integração continental. De facto, o objectivo estratégico geral do PIDA é de acelerar a integração regional do continente e facilitar a criação da Comunidade Económica Africana, conforme o preceituado no Tratado de Abuja. Através da melhoria do acesso às redes de infra-estruturas regionais integradas e continentais, o PIDA permitirá aos países cumprir com a exigência prevista de serviços de infra-estruturas e promover a sua concorrência através de:
  - Aumento de eficiências;
  - Aceleração do crescimento;
  - Facilitação da integração na economia mundial;
  - Melhoria dos padrões de vida;
  - Incentivo ao comércio intra-africano.
3. Os benefícios essenciais de uma abordagem integrada a nível regional para o desenvolvimento de infra-estruturas possibilitam a formação de grandes mercados competitivos ao invés de mercados de menor escala, isolados e ineficientes – e reduzem os custos entre os sectores de produção. Apesar dos ganhos robustos do PIB por muitos países durante os últimos anos, as ineficiências impressionantes de infra-estruturas de África têm sido esforços de integração chocantes, atrasos de crescimento e recursos nacionais esgotantes, sectores público e privado.
4. O PIDA está a implementar o seu Plano de Acção prioritário para fazer face à lacuna de infra-estruturas de África, criando um continente africano integrado onde as infra-estruturas e os seus serviços permitem a livre circulação de bens e pessoas, proporcionando opções de redes eficientes, protegidas, seguras, fiáveis e adequadas e reduzindo os custos para apoiar o desenvolvimento ambiental, económico e sustentável a nível regional.

5. Esta Nota de Conceito tem em vista abordar estes constrangimentos fundamentais, a fim de inspirar soluções duradouras para os desafios enfrentados. A integração económica regional tem sido considerada uma resposta racional pelo continente para fazer face aos desafios impostos pela globalização em relação à concorrência, produção e capacidade de fornecimento, comércio, investimento, finanças, transferência de tecnologia, desenvolvimento de conhecimentos e inovação, bem como a capacidade dos recursos humanos qualificados. Foi, igualmente, considerada como um dos melhores meios para o continente fazer face aos efeitos adversos da balcanização de África depois do colonialismo. É, também, vista com potencialidades positivas para compensar as desvantagens de ser isolada e a fragmentação que limita a dimensão do mercado e impede economias de escala a muitos países. Ademais, a concentração de capacidades e recursos tem o potencial para melhorar as competências do continente para responder melhor às vulnerabilidades e aos choques. Portanto, a integração africana permaneceu durante décadas como uma grande estratégia de desenvolvimento do continente e uma questão fundamental para superar a fragmentação económica, promover a diversificação económica, estabelecer ligações transfronteiriças no seio das entidades produtivas, melhorar os ganhos do bem-estar, reduzir a pobreza e melhorar os padrões de vida.
6. Como resultado disso, muitos governos concluíram vários acordos regionais de integração, com graus de sobreposição criados. Enquanto a Comunidade Económica Africana (CEA), nos termos do Tratado de Abuja, constitui o objectivo e meta final da agenda de integração da UA e as suas oito CER oficialmente reconhecidos e enquanto muitos dos acordos de integração regional e o próprio Tratado de Abuja são caracterizados por metas ambiciosas, o progresso tem sido irregular e varia não só no seio das oito CER, mas também nos Estados-membros que constituem os elementos facilitadores primários da integração. O Tratado de Abuja é caracterizado por seis (6) etapas divididas em dois níveis (regional e continental) e está na 3ª etapa do processo (criação de Zonas de Comércio Livre (ZCL) e Uniões Aduaneiras ao nível regional até 2017).
7. Apesar da COMESA, CEEAC, SADC e CEDEAO terem alcançado o estatuto de ZCL, os níveis de implementação e consolidação variam. Ademais, todos os programas da União Aduaneira criados para a concretização deste objectivo antes de 2017 ressentiram-se de vários retrocessos, atrasos e mudança da data do lançamento. A única CER que conseguiu lançar e consolidar a sua União Aduaneira e lançou o Mercado Comum é a CAO, no dia 1 de Janeiro de 2005 e Junho de 2010, respectivamente. A única CER que possui um sistema de auto-funcionamento operacional e funcional é a CEDEAO, sob a forma de tributação comunitária.
8. Importa salientar que os países africanos alcançaram algum progresso tangível em prol da integração regional, através da uma maior promoção de infra-estruturas comerciais tais como janelas únicas aduaneiras (fronteira de paragem única), a utilização de redes aduaneiras informatizadas no seio dos Estados-membros como um meio de integração, modernização, digitalização e aceleração

dos procedimentos de desalfandegamento e para coordenar a compilação e partilha de informação aduaneira, particularmente dados sobre importação e exportação entre as administrações aduaneiras nacionais; desenvolvimento de projectos de infra-estruturas de transportes e de interligação energética, reduções tarifárias (que reduziram de 16.7 por cento para 7.1 por cento, de 2000 a 2009) e os níveis crescentes de comércio intra-regional dentro de algumas Comunidades.

9. A livre circulação de pessoas é também promovida por algumas comunidades, com passaportes regionais e outros documentos de viagem e de seguro existentes, tais como o passaporte da CEDEAO e da CAO e esquemas de cartão amarelo e castanho em curso na COMESA e CEDEAO, respectivamente. Algumas CER também estão a trabalhar em prol da harmonização de políticas de investimento e estão a monitorizar a conformidade com os critérios do programa de convergência monetária. Ademais, esforços para trazer um nível de ordem, simplificação e coerência para o acordo de integração de África e fazer face à sobreposição culminaram recentemente com o Acordo Tripartido entre CAO-COMESA-SADC, cujo sucesso aparente suscitou apelos dos Chefes de Estado e de Governo para o seu estímulo no seio das outras CER.
10. Ademais, apesar do nobre progresso, a integração africana continua amplamente fragmentada, afectada por problemas relacionados com recursos humanos e financeiros inadequados a todos os níveis (não só para a implementação mas também para a pesquisa e análise, bem como monitorização e avaliação do impacto), fraca coordenação e partilha de informação aos vários níveis institucionais (que podem desacelerar o ritmo de trans-posicionamento e aplicação a nível nacional), fraca implementação das decisões, reticência política nalgumas questões, ênfase excessivo sobre as prioridades nacionais em relação às análises regionais, desafios comerciais persistentes nas fronteiras, tais como NTBs e o baixo nível de desenvolvimento de infra-estruturas e energia. Ademais, preocupações sobre a segurança e preconceitos por parte dos governos nacionais e dos cidadãos continuam a impedir a aplicação generalizada das decisões sobre a livre circulação. Além disso, o processo ressent-se da falta geral de envolvimento suficiente dos cidadãos e um ambiente favorável para todos actores na sociedade (parlamentos, sector privado, sociedade civil, instituições de investigação) para participarem e dar uma contribuição significativa nos processos de formulação de políticas e tomada de decisão. Uma abordagem inclusiva para a integração e o crescimento económico devem garantir a mobilização e utilização de todos os recursos disponíveis dentro de uma região, para o desenvolvimento económico e social.
11. À medida que os benefícios de integração começam a fazer-se sentir em certos sectores, as expectativas dos africanos estão a aumentar, ansiosos de ver os benefícios tangíveis sob a forma de emprego, aumento de rendimentos e melhores infra-estruturas. Para África acompanhar o ritmo destas expectativas razoáveis, os governos e as instituições regionais e continentais similares devem envidar esforços através da aceleração do ritmo, aperfeiçoamento e implementação de acordos de integração, enquanto participam num diálogo

contínuo com os cidadãos africanos que têm a realidade prática na funcionalidade da integração, constituem os principais vectores do processo e em quem o seu impacto será mais sentido – quer seja negativo ou positivo.

## II. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA

12. O tema da COMAI VII é “*infra-estruturas para a integração de África*”. Os objectivos da Conferência são:

- Avaliar o progresso alcançado na implementação do Tratado de Abuja pelas Comunidades Económicas Regionais;
- Avaliar o estado de implementação das recomendações da COMAI VI; e
- Concordar sobre as recomendações da actual Conferência.

13. Neste contexto, serão abordados os seguintes temas:

- O relatório de 2014 sobre o estado de integração em África;
- O relatório do estudo sobre o Fundo Africano de Integração;
- O Índice Africano de Integração Regional;
- O relatório sobre a implementação das recomendações da COMAI VI;
- A Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015;
- A Agenda 2063 de África.

## III. RESULTADOS PREVISTOS

14. Os resultados previstos da reunião são os seguintes:

- Recomendações concretas sobre o tema da Conferência;
- Rumo a seguir em relação ao Fundo Africano de Integração Regional;
- Adopção do Índice de Integração Regional como Quadro de Monitorização e Avaliação de África para a análise do progresso na Agenda de Integração;
- Declaração Ministerial realçando, entre outros aspectos, as estratégias e acções para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas a fim de apoiar a integração regional eficaz.

## IV. PARTICPANTES

15. Os participantes à reunião incluirão os seguintes:

- Ministros e Peritos de todos os Estados-membros africanos;
- Representantes de todas as oito CER;
- CUA, UNECA, NPCA e BAD;
- PNUD, IDEP, Banco Mundial, FMI, UE, CNUCED;
- Representantes africanos do Sector Privado e da Sociedade Civil.

## V. DATA E LOCAL

16. As datas da reunião são: 14 a 18 de Julho de 2014 no **Centro de Convenções Royal Swazi Sun**, Ezulwini, no Reino da Suazilândia.

## VI. FORMATO DA REUNIÃO

17. Reunião de Peritos (3 dias) 14 a 16 de Julho de 2014

- A reunião de peritos irá abordar os pontos de agenda e adoptar o relatório de peritos;

18. Reunião Ministerial (dois dias) 17 a 18 de Julho de 2014.

- A reunião irá analisar o relatório de peritos e adoptar uma declaração Ministerial.

## VII. PESSOAS DE CONTACTO

19. Para mais informação, queira contactar os seguintes funcionários na Comissão da UA:

- Sr. Fliss Liwaaddine, Oficial Sénior de Políticas  
[LIWAEDDINEF@africa-union.org](mailto:LIWAEDDINEF@africa-union.org)
- Sr<sup>a</sup>. Regina Mugabe, Secretária  
[MugabeR@africa-union.org](mailto:MugabeR@africa-union.org)
- Sr<sup>a</sup>. Kokobe George, Secretária  
[KokobeG@africa-union.org](mailto:KokobeG@africa-union.org)